

Auto de Infração nº 150/96-17

Processo nº 44000.000756/2011-95

Recurso Voluntário

Recorrente: SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Relatório

1. Cuida-se de Reconstituição de Autos do processo nº 44000.006333/96-86, originário do Auto de Infração nº 150/96-75, lavrado contra a SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade ("SIAS"). Os autos do processo foram extraviados enquanto tramitavam pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), à época competente para analisar e julgar o Recurso Voluntário interposto pela SIAS, sem que o referido Colegiado tivesse se pronunciado sobre ele.

2. A Secretaria Executiva da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) constatou que, em 1999, foram encaminhados 9 (nove) processos ao ex-Conselheiro Titular, Júlio César de Araújo Nogueira, conforme Ofícios nº 48, 56, 90 e 99/SPC/CGPC, dentre os quais o Recurso ora reconstituído.

3. Após pesquisas, a Secretaria Executiva da CRPC localizou as cópias dos seguintes documentos desse processo:

Auto de Infração nº 150/96-75, de 08.07.1996, tendo como autuado a SIAS por suposta infração ao artigo 41 da Lei nº 6.435, de 15.07.77 e as Instruções Normativas SPC nº 02, de 19.12.94; 05, de 27.04.95; e 07, de 14.12.95, as quais determinam que o Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações seja encaminhado à SPC até o 20º dia útil subsequente ao término de cada trimestre. Isso porque a SIAS teria enviado os documentos do 4º trimestre de 1995 no dia 27.02.96, portanto fora do prazo regulamentar.

Decisão-Notificação nº 071/96, de 23.09.1996, na qual a SPC, após análise das defesas, julgou procedente o AI e aplicou à Entidade penalidade de multa de R\$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais), prevista no item II do artigo 1º da RS/CGPC/nº 12, de 16.05.96 e no Código 4.22 do Anexo I da IN/SPC/nº 10, de

17.06.96, atenuada em 75%, conforme o disposto na letra "b" do Item 37 da IN/SPC/nº 10, de 17.06.96.

4. Realizada reunião com o ex-Conselheiro Titular e seu suplente, Eduardo Pereira, a Secretaria Executiva do CGPC comprometeu-se a lhes encaminhar cópia de atas, gravações de sessões, ofícios e folhas do livro protocolo, o que foi feito em 01.06.2009, sendo que, até 14.03.2011, segundo Nota Técnica nº 01/2011/CRPC/SPPC, não houve manifestação dos ex-conselheiros.

5. Em 17.03.2011, o Sr. Presidente da CRPC, Paulo César dos Santos, determinou (fl. 04) fossem enviados os documentos de cada um dos 9 (nove) processos para a PREVIC, para que esta inserisse nos autos os documentos existentes naquele órgão para fins de reconstituição dos autos.

6. Todas as áreas técnicas da PREVIC manifestaram-se no sentido de que não encontraram quaisquer documentos que pudessem auxiliar na reconstituição dos autos (fls. 17 a 26).

7. Em 22.06.2011, foi expedido Ofício nº 471/CRPC/SPPC/MPS (fl. 28), no qual a SIAS foi informada da reconstituição dos autos e foi lhe solicitada que encaminhasse eventuais documentos que julgasse necessários para fins de reconstituição dos autos.

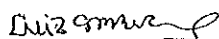
8. A SIAS, em 01.07.2011, postou correspondência (fl. 30 a 38) na qual enviou cópia de sua defesa e recurso voluntário que foram apresentados no processo.

9. Na 15ª Reunião Ordinária da CRPC, ocorrida em 15.06.2011, estes autos de reconstituição foram sorteados para a minha relatoria.

10. Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

São Paulo, 17 de novembro de 2011.



Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Conselheiro

Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC

Auto de Infração nº 150/96-17

Processo nº 44000.000756/2011-95

Recurso Voluntário

Recorrente: SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade

Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Voto

1. Conforme se constata da leitura do relatório, é inequívoca a ocorrência da prescrição intercorrente no âmbito do antigo CGPC (Conselho de Gestão de Previdência Complementar), sucedido por esta CRPC (Câmara de Recursos de Previdência Complementar) no que se refere à competência de julgamento de recursos administrativos contra decisões da SPC, atual PREVIC, dado que o processo ora reconstituído permaneceu pendente de julgamento desde o ano de 1999.

2. Nos termos do artigo 32 do Decreto 4.942/03, bem como do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 9.873/99, ocorre *"a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação"*.

3. Ademais, mesmo que não houvesse ocorrido a prescrição intercorrente, a presente reconstituição dos autos não conta com os relatórios que deram suporte ao Auto de Infração ou mesmo à Decisão-Notificação, de modo que não seria possível a correta análise dos fatos tidos por irregulares.

4. Ante o exposto, com base nos documentos deste processo de reconstituição de autos, reconheço a ocorrência da prescrição intercorrente no processo nº 44000.006333/96-86, originário do Auto de Infração nº 150/96-75, de 08.07.1996,

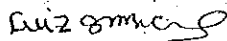


lavrado contra a SIAS – Sociedade Ibgéana de Assistência e Seguridade, e, por consequência, determino o arquivamento do processo, sem prejuízo das providências administrativas que a Presidência deste CRPC ou mesmo da PREVIC entenderem cabíveis.

5. Caso prevaleça o ponto de vista expresso neste voto, proponho a seguinte ementa para o acórdão que decidir os presentes recursos:

Reconstituição de Autos - Recurso Voluntário - paralisação dos autos no âmbito da CGPC, atual CRPC, por mais de 3 (três) anos (desde 1999) - Inequívoca ocorrência de prescrição intercorrente - Julgamento pelo reconhecimento da prescrição intercorrente e determinação de arquivamento dos autos do processo 44000.006333/96-86, originário do Auto de Infração nº 150/96-75, de 08.07.1996, sem prejuízo de providências administrativas cabíveis.

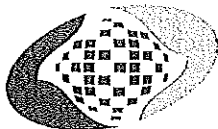
São Paulo, 06 de dezembro de 2011.



Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Conselheiro

Conselho de Recursos da Previdência Complementar - CRPC



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ministério da Previdência Social

88
anos

Resultado de Julgamento

Reunião e Data: 19ª Reunião Ordinária - 6 de dezembro de 2011

Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Processos: 44000.000756/2011-95

Recorrente/Entidade: Sias - Sociedade Ibgeana e Seguridade

Auto de Infração nº: 150/96-75

Decisão Notificação nº: 071/96

Voto do Relator: "... Ante o exposto, com base nos documentos deste processo de reconstituição de autos, reconheço a ocorrência da prescrição intercorrente no processo nº 44000.006333/96-86, originário do Auto de Infração nº 150/96-75, de 07.1996, lavrado contra a SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade e, por consequência, determino o arquivamento do processo, sem prejuízo das providências administrativas que a Presidência deste CRPC ou mesmo da PREVIC entenderem cabíveis.

Representantes	Votos
ITAMAR PRESTES RUSSO (Participantes e assistidos de planos de benefícios das EFPC)	Acompanha o voto do relator
LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS (Entidades Fechadas de Previdência Complementar)	Acompanha o voto do relator
DANIEL PULINO (Servidores federais titulares de cargo efetivo)	Acompanha o voto do relator
MARIA BATISTA DA SILVA (Servidores federais titulares de cargo efetivo)	Acompanha o voto do relator
ALFREDO SULZBACHER WONDRAECK (Servidores federais titulares de cargo efetivo)	Acompanha o voto do relator
PAULO CESAR DOS SANTOS (Presidente)	Acompanha o voto do relator

Sustentação Oral:

Resultado: Por unanimidade de votos, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, conheceu do recurso, acolheu a preliminar de prescrição intercorrente e determinou o arquivamento dos autos do processo.

Brasília, 6 de dezembro de 2011.


PAULO CESAR DOS SANTOS

Presidente